

Publicação
[Estratégia N° 14](#)
Data de Publicação
2º Semestre 1999
Autor
Helena Carreiras

O que pensam os militares portugueses do *peacekeeping*?

Introdução

Neste artigo analisa-se alguns dos resultados obtidos num inquérito sociológico realizado junto aos militares portugueses que integraram as missões IFOR e SFOR na Bósnia-Herzegovina.

A sua realização assentou numa convicção fundamental: a de que a produção de conhecimento sobre os processos sócio-políticos em curso nas nossas sociedades não dispensa a auscultação dos agentes sociais que os protagonizam e lhes conferem sentido; pelo contrário, solicita e exige que integremos, a par com informações de carácter mais objectivo e factual, dados relativos às avaliações e aos posicionamentos que lhes vão correspondendo no plano da produção simbólica, dos valores e das identidades pessoais e colectivas.

Em articulação com outras dimensões de análise – mais centradas nos aspectos do contexto político-estratégico em que a participação portuguesa se desenrolou –, esta esfera dos valores e representações associados pelos militares à sua participação nas operações de paz na Bósnia-Herzegovina constitui assim uma dimensão incontornável e essencial para a compreensão de todo o processo. Neste sentido se acolhe aqui plenamente a ideia de que «reconstruir a representação que os *peacekeepers* têm de si próprios e da sua missão não constitui uma mera opção académica, mas um contributo para a compreensão dos factores concretos de sucesso de uma operação» (Battistelli, 1999:112).

Neste caso, procedeu-se, através da aplicação extensiva de um inquérito por questionário, à recolha de informação diversa referente a opiniões, avaliações e expectativas dos militares portugueses relativamente não apenas à sua participação numa missão cuja singularidade sócio-histórica se afigura evidente no nosso país, mas também no que respeita às próprias Forças Armadas e às questões mais globais da segurança e da defesa. Estamos, com efeito, perante uma ocasião privilegiada para o estudo e a caracterização desse universo sociológico: não apenas porque se trata da primeira missão de paz em que Portugal participa num novo contexto internacional, mas justamente porque vivemos uma época de transição e redefinição das formulações tradicionais sobre as questões de segurança e defesa, de reconfiguração organizativa

das Forças Armadas e dos modelos institucionais e estratégicos subjacentes às políticas prosseguidas pelos vários países e agrupamentos actuantes na cena internacional.

Embora recobrando um variado conjunto de operações militares [i], as missões genericamente designadas de *peacekeeping* desenvolvem-se, com efeito, num ambiente estruturalmente diferenciado relativamente àquele em que se desenrolavam tradicionalmente as missões militares. De um ambiente bélico dominado pela lógica bipolar amigo/inimigo e pela relativa clareza de pressupostos e modalidades de acção, passa-se ao ambiente próprio de um processo de pacificação, inspirado numa lógica polivalente e caracterizado por relativa ambiguidade. A natureza complexa da interacção político-militar, a ausência de um inimigo estratégico, a diferente concepção sobre utilização da força e o envolvimento de um conjunto de actores extremamente diversificado no cenário de operações são elementos que contribuem decisivamente para esta radical transformação dos contextos de exercício da profissão militar. Por outro lado, altera-se de forma fundamental a função do militar: de parte directamente envolvida passa a desempenhar um papel de mediação; de antagonista a «terceiro», de jogador a «árbitro» (Battistelli, 1999). Diversos autores têm sublinhado o potencial «disruptivo» desta nova situação, apontando para uma necessária redefinição da especificidade e da identidade profissional dos militares. Algumas questões apresentam-se com particular relevância: «O que significa passar de uma situação de envolvimento directo a um papel que implica a abstenção desse envolvimento directo, e pelo contrário, a avaliação e gestão da mediação? O que acontece a um actor institucional e culturalmente preparado para jogar quando, contrariamente ao treino recebido e à cultura sedimentada por anos e gerações, se constitui como árbitro? Finalmente, o que significa arbitrar uma partida que não apresenta as regras e contornos do combate clássico, mas de um conjunto de contingências polivalentes e a ambiguidade do *peacekeeping*?»(Battistelli, 1999:16).

A resposta a estas questões não é fácil nem imediata; requer pelo contrário, a produção e a acumulação transversal de conhecimento específico sobre o comportamento e os valores dos principais protagonistas das operações de paz. Tal como afirma T. Ammendola, «a definição de uma operação de *peacekeeping*, e em parte o seu sucesso ou insucesso, dependem [...] fortemente do modo como as organizações sociais, os sujeitos políticos, os movimentos sociais, as igrejas ou os grupos religiosos, os mass media, mas acima de tudo os militares, actores principais neste palco, constroem o significado, os valores e o sentido destas operações» (Ammendola, 1999:69). Cabe aos cientistas e analistas sociais o dever de captar – com a ajuda dos instrumentos disponíveis no seu campo de saber – a singularidade histórica de tais processos, registando as suas características únicas e irreversíveis, mas também os padrões e regularidades que lhes subjazem, permitindo simultaneamente a realização de estudos comparativos e longitudinais. Este artigo procura justamente ser um contributo nessa direcção.

Metodologia do inquérito

O inquérito na base da análise proposta neste texto foi realizado entre Outubro de 1997 e Janeiro de 1998, junto aos militares portugueses participantes nas operações IFOR e SFOR na Bósnia-Herzegovina, inquiridos após o seu regresso a Portugal. A valorização da dimensão comparativa – com particular destaque neste caso para a natureza transnacional da intervenção na Bósnia – esteve na base da decisão de vir a produzir, em Portugal, informação pelo menos em parte

comparável à já existente no âmbito do estudo de outros contingentes nacionais. Daqui resulta que tenha sido levada a cabo a aplicação de um questionário idêntico ao elaborado pela equipa do Prof. Fabrizio Battistelli aplicado ao contingente italiano da IFOR no início de 1997.[ii]

A proximidade existente entre os objectivos deste projecto e a estrutura e o âmbito daquele estudo, bem como o facto de as forças portuguesas terem sido integradas numa brigada italiana, tornavam particularmente interessante o recurso a este inquérito. Tal procedimento implicou, naturalmente, que tenha sido cuidadosamente avaliada a adequabilidade do inquérito ao caso português e se tenha procedido à sua adaptação em vários aspectos julgados necessários. Relativamente ao universo inquirido, o inquérito procurou incidir sobre o total do universo dos militares portugueses que, à data da sua realização, houvessem participado nas missões IFOR e SFOR na Bósnia-Herzegovina. Devido a condicionamentos vários, apenas foi possível inquirir um total de 1039 militares, número coincidente com o daqueles que se encontravam efectivamente disponíveis para o preenchimento do questionário. Relativamente ao conjunto de militares ausentes neste universo, e de acordo com os dados fornecidos pelos responsáveis das unidades militares onde foi realizado o inquérito, tal situação decorreu fundamentalmente do facto de à data da inquirição se encontrar já desmobilizado um apreciável número de militares que participaram nas operações na Bósnia, bem como, de forma menos relevante, de situações diversas relacionadas com cursos, estágios, missões no estrangeiro, férias, etc... Foram assim inquiridos 500 militares do Batalhão de Infantaria Mecanizada – BIMEC (Sta. Margarida), 517 da Brigada Aerotransportada Independente – BAI (272 em Tancos e 245 em S. Jacinto) e 22 da Força Aérea (COFA – Monsanto).

O processo de adaptação e elaboração do questionário (cf. anexo) incluiu a realização de diversas sessões de trabalho em que participaram os responsáveis do IEEI e um conjunto de militares representantes dos EMGFA, EME e EMFA, após o que foi submetido a um pré-teste, junto a um conjunto diversificado de militares do Exército e da Força Aérea participantes nas missões IFOR e SFOR, o que permitiu aferir e corrigir algumas imprecisões. No sentido de maximizar os recursos existentes, a sua aplicação ocorreu nas unidades de pertença dos militares, em regime de autopreenchimento, durante sessões colectivas supervisionadas por membros da equipa do IEEI.

Avaliação da missão: os soldados portugueses «amam» o *peacekeeping*?

A literatura sociológica sobre *peacekeeping*, designadamente os estudos empíricos desenvolvidos a partir da experiência americana, tem demonstrado um padrão ambivalente nas atitudes e percepções dos militares relativamente a este tipo de missão. De uma forma geral, todos esses trabalhos apontam para uma fundamental demarcação entre a tradicional definição da missão das Forças Armadas e do próprio papel dos militares, e aquela que caracteriza os novos contextos sociais e operativos das missões de paz. Neste último caso, contudo, afigura-se muito mais difícil a identificação clara do significado atribuído pelos militares ao seu envolvimento, bem como as possíveis consequências dessa participação em termos da ideologia organizativa da instituição militar.

Para além de ambíguos, os resultados obtidos revelam-se frequentemente paradoxais. Enquanto diversas pesquisas produzidas no contexto norte-americano no decurso dos últimos 20 anos apontam para a existência de sérias dificuldades de adaptação dos militares às novas missões –

conduzindo os analistas a interrogações como «Os soldados odeiam o *peacekeeping*?» (Miller, 1997) – noutros países, como é o caso em Itália, o nível de adesão demonstrado sugere a alguns autores a questão inversa, ou seja, a de saber se os responsáveis militares não deveriam antes preocupar-se com o facto de os soldados amarem demais o *peacekeeping* (Isernia, Lanzieri, 1999).

Com efeito, dados disponíveis sobre a participação italiana nas missões Pellicano na Albânia, *Ibis* na Somália e IFOR-SFOR na Bósnia-Herzegovina «não deixam dúvidas sobre a massiva e sistemática satisfação registada entre praças, sargentos e oficiais das Forças Armadas italianas por este tipo de operações diversas da guerra»(Isernia, Lanzieri, 1999:193). Em Portugal encontramos exactamente o mesmo padrão, demonstrando os militares portugueses uma atitude positiva idêntica ou mesmo mais expressiva do que a registada no caso italiano. Começamos pois por escrutinar alguns dos resultados obtidos que espelham esta apreciação geral.

Níveis de satisfação, utilidade e objectivos da missão

Uma das principais conclusões deste estudo é, com efeito, a de que a participação na missão constituiu uma experiência muito gratificante para os militares portugueses, os quais não apenas avaliam positivamente diversos aspectos da sua presença na Bósnia como reconhecem a legitimidade da intervenção portuguesa neste contexto. Diferentes indicadores apontam nesse sentido. Desde logo, do ponto de vista da satisfação evidenciada após a conclusão da missão, registam-se níveis particularmente elevados, tanto no plano pessoal (82,9%) como, sobretudo, no plano profissional (91,3%) (Quadro I)[iii]. Embora se verifiquem oscilações por posto – os oficiais são os mais satisfeitos no plano profissional, enquanto os praças declaram em maior percentagem a sua satisfação no plano pessoal – trata-se de um sentimento consensual e particularmente expressivo, independentemente de outras variáveis de caracterização.

Quadro 1 – Grau de satisfação após finalizada a missão, por posto (%) [iv]

	Total			
	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
Satisfação no plano profissional				
Sim	82,9	90,4	81,7	82,4
Não	17,1	9,6	18,3	17,6
Total	100	100	100	100
Satisfação no plano pessoal				
Sim	91,3	88	88,3	92,5
Não	8,7	12	11,7	7,5
Total	100	100	100	100

Por outro lado, quando inquiridos sobre a utilidade da missão para a população da Bósnia, 93.6% dos militares considera que ela foi útil ou muito útil, e portanto apenas 6,4% expressaram uma opinião negativa, considerando a missão pouco útil ou nada útil. Neste aspecto não parecem existir diferenças significativas nas respostas quando consideradas outras variáveis. Da mesma

forma, as posições são globalmente favoráveis relativamente à decisão assumida por Portugal de enviar um contingente para a Bósnia:

Quadro 2 - Opinião face à decisão de Portugal enviar um contingente para a Bósnia (%)

Muito favorável	33,5
Favorável	60
Contrário	1,1
Muito contrário	0,4
Não sabe/não responde	5,1
Total	100

Verificamos, com efeito, que é muito reduzido o grupo de militares que se mostra contrário à participação portuguesa, sendo limitado o peso dos que não manifestam opinião. Também aqui não constatamos oscilações estatisticamente significativas quando consideradas outras variáveis de caracterização, ou seja, parece ser relativamente homogénea e consensual, entre os vários grupos de militares, a apreciação sobre a utilidade e a justificação do envio de tropas para esta missão.

Um outro indicador que poderemos considerar refere-se ao desempenho do contingente português: quando solicitados a avaliar o desempenho operacional do contingente português durante a missão na Bósnia, 97,1% dos militares afirmam que o contingente se mostrou completamente ou bastante à altura, não havendo a salientar inflexões nesta apreciação em função das diferentes situações institucionais ou sociográficas dos respondentes. Ao contingente português atribuiu-se aliás a melhor «classificação» – 8,1 de média – numa escala de 10 pontos, ao longo da qual os inquiridos avaliaram o desempenho operacional dos vários contingentes.

Finalmente, poderemos ainda reter como indicativos de uma global avaliação positiva o facto de que a esmagadora maioria dos militares portugueses afirma desejar voltar a participar em futuras missões internacionais (91,7%), ou o reconhecimento da participação em missões de paz como um dos aspectos mais agradáveis da vida militar (cf. Anexo, p.2.6).

É provável pois que, tal como em Itália, o facto de a participação nestas missões ter proporcionado um aumento da visibilidade pública da instituição militar e um maior reconhecimento social tenha contribuído para um paralelo acréscimo em termos de auto-estima e satisfação profissional entre os militares portugueses. No caso do nosso país, acresce ainda o facto de esta situação configurar a primeira experiência de envolvimento militar em território europeu desde a Primeira Guerra Mundial, amplificando-se pois os efeitos decorrentes dessas maiores visibilidade e projecção pública. Este aspecto é curiosamente reconhecido entre os militares como tendo mesmo constituído uma das finalidades da missão do contingente português na Bósnia, tal como decorre de uma análise de conteúdo a que foram submetidas as respostas a uma pergunta aberta sobre este aspecto. Vejamos em maior detalhe os resultados obtidos.

Após terem sido submetidas a uma análise de conteúdo temática, as respostas fornecidas à pergunta «Na sua opinião, qual a finalidade da missão do contingente português na Bósnia?» deram origem a 1082 referências temáticas classificadas em sete grupos.

Quadro 3 – Análise de Conteúdo: finalidade da missão portuguesa na Bósnia

Referência temáticas	N	%
Manutenção da paz/evitar escalada do conflito	615	57
Reforço da imagem de Portugal e dos militares portugueses no plano internacional	118	11
Ajuda humanitária	107	10
Assumir compromissos internacionais no âmbito da NATO	100	9,3
Garantir a segurança e a livre circulação de pessoas e bens	83	7,7
Oportunidade de testar tropas/aquisição de conhecimentos	19	1,7
Outros	40	3,7
Total	1082	100

Conforme se pode observar no Quadro 3, em que se encontra quantificada essa distribuição, a maioria das referências (57%) salienta a manutenção da paz como o objectivo central da missão. Nesta categoria incluem-se maioritariamente respostas sumárias como «manutenção/implementação da paz na região», «evitar a escalada do conflito» e «cumprir os acordos de Dayton». Se poderemos considerar natural esta incidência de respostas, é no entanto digno de realce o facto de diversas outras categorias temáticas aparecerem com razoável importância. É designadamente o caso da segunda categoria mais frequentada neste conjunto e a que acima nos referíamos: o «Reforço da imagem de Portugal e dos militares portugueses no plano internacional».

Embora a grande distância do peso do tema anterior, é relevante que em 11% das referências se tenha salientado como objectivo da missão a projecção política e militar de interesses nacionais no exterior. Neste grupo reúnem-se comentários que incluem na sua versão menos elaborada expressões como: «Ficar bem visto no exterior», «Mostrar que também somos capazes» ou ainda afirmações diversas apontando para o reconhecimento, o prestígio e o reforço da imagem de Portugal e das Forças Armadas portuguesas nas instâncias europeias e internacionais.

Com um peso semelhante aparece a categoria de referências em que a vertente humanitária da missão é destacada. Na sua maioria, trata-se de respostas que sublinham a orientação altruísta da «ajuda ao próximo»: «ajudar as pessoas necessitadas» «aliviar o sofrimento dos Bósnios», «dar protecção aos mais fracos» «apoiar os indefesos» «cativar as pessoas para que pudessem confiar em nós e saberem que lá estávamos para as ajudar».

Imediatamente a seguir surgem as referências à relação com a NATO, particularmente ao cumprimento de compromissos no âmbito da Aliança. Aqui encontramos respostas com diferentes orientações. Utilizando as próprias expressões dos soldados, tratar-se-ia de «demonstrar boa vontade», de «pagar dívidas» ou ainda de «marcar pontos», sublinhando-se o aumento da capacidade negocial portuguesa na Europa e na NATO. Eis algumas das respostas

que ilustram este aspecto: «Como país da Nato, participar de igual modo como os outros países e mostrar que também conseguimos, e bem, fazer como as grandes potências.»; «Em primeiro lugar foi uma afirmação do nosso país na Nato, pois Portugal já devia participar nestas missões há 10 ou 20 anos atrás, mas como andamos sempre atrasados em relação aos outros países só agora se decidiram a fazê-lo».

Já a enunciação de objectivos concretos da missão, polarizados em torno da garantia da segurança e da livre circulação de pessoas e bens, aparece com um peso ligeiramente inferior. São de um modo geral realçados os aspectos mais técnicos: «O contingente português na Bósnia tem como finalidades o patrulhamento de itinerários no seu sector, garantir a circulação de pessoas e bens das facções beligerantes, escolta a equipas de desminagem, reconhecimento de áreas».

Finalmente, com peso menor surgem diversas referências ao objectivo de treino e instrução das tropas. Para alguns destes militares o objectivo da missão terá sido o de testar o desempenho das tropas no terreno, pôr em prática os conhecimentos adquiridos, ganhar experiência, ou ainda mostrar a capacidade de intervenção dos militares portugueses neste tipo de missões. Tratar-se-ia pois sobretudo de uma mais-valia no campo operacional: «Serviu para adquirir conhecimentos que nos fortalecerão no campo militar»; «Preparar militares para participar em missões de paz e de alguma forma pôr em prática toda a instrução».

Tomados em conjunto, estes resultados mostram pois como a participação nestas missões parece ter constituído uma ocasião para reafirmar a legitimidade do próprio papel profissional, funcionando como uma importante fonte de reconhecimento social e político. Isto não significa, contudo, que não tenham sido identificados problemas e dificuldades, cujos abrangência e impacte justificam que lhes confirmamos aqui uma particular atenção.

Problemas e dificuldades sentidos

Os problemas de natureza afectivo-relacional são os que mais parecem ter afectado os militares que participaram nestas missões, constituindo um factor naturalmente susceptível de influir sobre o moral e o desempenho operacional dos contingentes. Foram sobretudo os praças a admitir ter enfrentado momentos psicologicamente difíceis, embora este reconhecimento seja maioritário em qualquer das categorias hierárquicas. Por seu turno, a «distância da família» constituiu a principal dificuldade sentida por quase metade dos inquiridos, sendo ligeiramente mais expressiva entre sargentos e praças do que entre oficiais, e a «distância da namorada/mulher e dos amigos» ocupe ainda, se bem que a grande distância, o terceiro lugar nesta lista (9,8%), após a referência ao «equipamento deficiente». A importância deste último factor decresce, no entanto, ao longo das várias missões[v], o que sugere que esses problemas inicialmente existentes terão sido corrigidos ao longo do tempo (Quadro 4).

Quadro 4 - Principal problema sentido, por posto e missão (%)[vi]

Total	Posto	Missão
-------	-------	--------

	Oficiais	Sargentos	Praças	IFOR	SFOR	SFOR I	
Stress de uma situação arriscada	5,2	5,1	3,9	5,5	5,8	6,4	3,9
Distância da família	46,8	39,2	46,9	47,9	45,1	42,7	50
Falta de estrutura recreativa	3,4	3,8	4,8	2,9	4,4	2,9	3,1
Limitação nas licenças/saídas	3,5	10,1	3,4	2,8	3,4	5,3	3,1
Distância Namorada/amigos	9,8	6,3	5,3	11,5	6,6	11,1	12,6
Falta de privacidade	2,7	3,8	2,9	2,6	1	3,5	4,7
Dificuldade comunic. Portugal	5,6	8,9	5,8	5,2	4,4	6,4	8,7
Equipamento deficiente	11,7	7,6	15,9	10,9	14,6	11,1	8,3
Dureza do clima	6,9	5,1	5,3	7,5	10,4	5,3	2
Outro	4,3	10,1	5,8	3,2	4,4	5,3	3,5

Os dados mostram que a principal dificuldade sentida remete menos para a adaptação a condições ambientais adversas do que para dificuldades em gerir as situações domésticas à distância. Reforça-se, pois, uma das conclusões de pesquisas análogas conduzidas em Itália (Ammendola, 1999) e nos Estados Unidos (Segal e Segal, 1995) que mostram como as famílias desempenham um papel fundamental no mapa cognitivo através do qual os militares avaliam a sua experiência em missão.

Os indicadores de avaliação positiva acima apresentados coexistem ainda com – ou persistem independentemente de – alguma insatisfação gerada por factores de tipo material e circunstancial relativos à preparação e à organização da missão:

Desde logo, o *suplemento de missão* é considerado «inferior ao adequado» por 70,8% dos militares, acentuando-se o descontentamento entre aqueles colocados em posições hierárquicas superiores (85,4% dos oficiais e 87,8% entre sargentos, para 63,5% dos praças).

Por outro lado, quando solicitados a avaliar as *condições organizativas* e outros aspectos do quotidiano durante a missão, destaca-se uma atitude particularmente crítica relativamente às condições sanitárias, consideradas deficientes por dois terços dos militares, seguindo-se as «limitações nas licenças e saídas», a «organização do tempo livre», as «comunicações com Portugal» e o «alojamento», todas consideradas deficientes por mais de metade dos inquiridos; inversamente, a relação com os companheiros, a organização do trabalho e a alimentação obtêm uma apreciação positiva.

Finalmente, do ponto de vista da avaliação do *treino recebido* para preparação da missão, verificamos que, embora globalmente se considere apropriado o treino recebido, nalguns dos aspectos propostos a sua adequação é considerada negativa por uma percentagem não menosprezável de militares. É sobretudo o caso do item «capacidade de relacionamento com a população local» (41,6%), destacando-se em seguida, mas já de forma menos acentuada, a «capacidade de autodefesa» (27,3%) e «capacidade de tomar decisões nos momentos mais críticos» (cf. Anexo, p.1.17).

Estes indicadores de insatisfação encontram alguma corroboração em diversas observações livremente acrescentadas no final do questionário, as quais submetemos também a uma análise de conteúdo temática. Embora apenas 17,6% dos inquiridos tenha utilizado este espaço para expressar a sua opinião, as respostas obtidas podem ser consideradas interessantes pistas de análise, demonstrando, em todo o caso, uma notável intensidade avaliativa. Entre os aspectos que suscitam maior número de comentários encontram-se, com efeito, referências a diversos itens incluídos no questionário, relacionadas, por exemplo, com as deficientes condições de alojamento, higiene e equipamento ou a ausência de estruturas para ocupação dos tempos livres; mas surgem também referências a outras áreas críticas não contempladas e que por isso mesmo vale a pena registar.

Entre esses motivos adicionais de insatisfação destaca-se o prolongamento excessivo da missão, a falta de informação e clareza sobre os seus objectivos («deu-se pouca importância ao valor humano e muito mais à missão [...] poucos sabiam de facto pormenores sobre a missão, a falta de informação foi constante e permanente, as "regras do jogo" não estavam bem definidas.») ou ainda problemas de relacionamento hierárquico. Este último aspecto é aquele que aparece com maior peso no conjunto, referindo-se quase sempre a declarações de praças relativamente aos seus superiores hierárquicos. Eis algumas das respostas elucidativas: «Para o bom desempenho das nossas forças na Bósnia, não é necessário ameaçar e infernar a vida dos homens, um pouco de compreensão por parte do comando e facilidades na resolução de certos problemas foram as maiores falhas na Bósnia.»; «Os graduados deveriam tratar a classe dos praças com muito mais respeito, pois além de sermos pessoas, a tropa sem praças não existe e a moral seria muito mais elevada».

Outros factores existem, contudo, em que as apreciações produzidas reafirmam a global imagem positiva da experiência acima descrita. A relação estabelecida com a população local é justamente uma dessas áreas.

A relação com a população

É convicção de diversos autores que têm vindo a debruçar-se sobre o problema do sucesso das missões de paz – sobretudo as designadas «missões de paz de segunda geração» (ou *peacekeeping* estratégico) – que «o imperativo-chave de uma operação de *peacekeeping* estratégico é a legitimação» (Dandeker, Gow, 1997:337). Trata-se de um processo que pode ser definido a diferentes níveis, desde o nível mais amplo da comunidade internacional, ao do país de origem das forças militares no terreno, do próprio contingente de *peacekeepers* e ainda do contexto local (Battistelli, 1999:110-112). Será justamente no âmbito dos dois últimos níveis que emerge como extremamente significativa a questão das relações e avaliações recíprocas entre os contingentes militares em missão de paz e as populações locais.

Embora em geral apenas um conjunto limitado de militares tenha oportunidade de contactar de forma continuada e sistemática com as populações das áreas em que decorre este tipo de intervenção militar, a relação com a população local pode ser considerada um indicador da capacidade de adaptação dos militares a este tipo de situação, e, nessa medida, um indicador relevante na avaliação dos factores relacionais condicionantes do sucesso das missões de paz. Trata-se, aliás, de uma dimensão importante não apenas do ponto de vista da funcionalidade

imediate da missão, mas também da definição da própria identidade profissional dos militares neste novo contexto operativo. Neste caso, em que os factores étnicos estão no próprio centro dos conflitos, afigurava-se ainda mais interessante inquirir os militares relativamente a diversos aspectos da sua relação com a população local.

Ao longo do inquérito, diversos indicadores revelam uma global avaliação positiva desta dimensão da vida em missão. Desde logo, quando inquiridos genericamente sobre a «qualidade» das relações com a população local (cf. Anexo, p.1.19) 81,8% dos inquiridos afirmam terem sido boas ou muito boas. Em contrapartida, tal como atrás se referiu, em termos da avaliação do treino recebido para preparação da missão, uma percentagem significativa dos militares considera-o pouco ou nada adequado relativamente à «capacidade de relacionamento com a população local», uma crítica que revela particular sensibilidade a esta questão.

Para além desta informação genérica, incluiu-se um conjunto de questões destinadas a avaliar relativamente a cada um dos grupos em presença – muçulmanos, sérvios e croatas: a) a opinião e a mudança de opinião dos militares; b) a avaliação da forma como o contingente português tratou e foi tratado pela população local relativamente aos restantes contingentes nacionais; c) e, ainda, aspectos relacionados com a comunicação com a população, designadamente a aprendizagem da língua. Vejamos cada um destes aspectos em concreto, lembrando que se solicitava aos inquiridos que respondessem apenas relativamente aos grupos com os quais tivessem tido contacto.[vii] Destaca-se da leitura da Figura 2 a ideia de que os militares portugueses detêm uma imagem maioritariamente positiva dos vários grupos locais, com destaque para os sérvios e uma excepção relativamente aos croatas, já que aqui a percentagem de opiniões positivas decresce por virtude de um aumento do grupo de indiferentes. Embora as opiniões negativas sejam claramente minoritárias, é aliás em relação aos croatas que se regista menor percentagem de respostas negativas, sendo os muçulmanos o grupo que suscita uma apreciação mais negativa, mas a pouca distância da mesma apreciação relativamente aos sérvios.

Quadro 5 - Opinião sobre a atitude do contingente português face à população da Bósnia (%)

	Muçulmanos	Sérvios	Croatas
Tratou-os melhor	45,1	47,2	29,3
Tratou-os da mesma forma	54,4	52,2	68,4
Tratou-os pior	0,5	0,5	2,3

Esta opinião parece, aliás, ter-se consolidado ao longo da permanência na Bósnia, ou mesmo sofrido alteração no sentido de uma melhoria ao longo da estadia, relativamente a qualquer dos grupos considerados. Não obstante existirem algumas oscilações nas respostas – designadamente uma apreciação menos positiva dos muçulmanos por parte dos oficiais quando comparados com as outras categorias hierárquicas – os dados não se alteram substancialmente em função de outras variáveis, sendo sempre bastante reduzida a percentagem de militares que manifesta uma opinião negativa face à população local. Qual o sentido das opiniões sobre a forma como se comportou o contingente português no confronto com a população local, se comparado com os outros contingentes?

Observamos aqui que, relativamente a muçulmanos e sérvios, as respostas se dividem de forma bastante equilibrada entre aqueles militares que consideram que o contingente português os tratou de forma idêntica aos outros contingentes, e aqueles que afirmam que o contingente português conferiu mesmo um tratamento privilegiado a estes grupos, face aos restantes contingentes nacionais. No respeitante a croatas, verifica-se a tendência anteriormente descrita no sentido de uma maior neutralidade, já que perto de 70% considera ter existido um tratamento igual, sendo pois mais reduzida a percentagem dos que neste caso reconhecem ter sido conferido um melhor tratamento; em rigor, embora quase inexpressiva, é curiosamente mais elevada no caso dos croatas do que nos outros grupos a percentagem dos que escolhe a opção «tratou-os pior». A análise destes dados em função de outras variáveis não revela alterações nem oscilações significativas.

Já no que diz respeito à atitude da população da Bósnia face ao contingente português (Quadro 6), pode-se observar, na generalidade, a prevalência do posicionamento anterior, ou seja, na opinião dos militares portugueses, o tratamento recebido por parte dos vários grupos locais assumiu um carácter de notável reciprocidade relativamente àquele que o contingente português lhes conferiu. Os dados apontam mesmo para a ideia de que, pelo menos no caso de muçulmanos e especialmente dos sérvios, o tratamento recebido pelos portugueses foi melhor do que aquele que esses grupos conferiram aos outros contingentes. Também aqui voltamos a constatar a existência de uma percentagem meramente residual de militares considerando que o contingente português foi pior tratado do que os restantes, bem como uma maior neutralidade no caso dos croatas. Finalmente, importa notar que também nesta questão se não registam variações muito significativas em função de outras variáveis de caracterização, à excepção, no caso da atitude dos sérvios, do facto de ser entre os militares em lugares hierárquicos superiores que se registam as mais altas percentagens de resposta no sentido de que o contingente português terá sido melhor tratado do que os restantes (74,7% dos oficiais e 67,1% dos sargentos).

Quadro 6 - Opinião sobre o tratamento conferido pela população bósnia ao contingente português, face aos outros contingentes (%)

	Muçulmanos	Sérvios	Croatas
Foi melhor tratado	49,7	56,4	27,8
Foi tratado da mesma maneira	48,3	42,2	70,6
Foi pior tratado	1,9	1,3	1,7

Um outro aspecto importante na relação com a população local remete para a questão da língua. Como comunicaram os soldados portugueses com as populações da Bósnia? Os dados do inquérito mostram que foram poucos os militares que não tiveram qualquer ocasião de comunicar (2,0%) e que a maior parte o fez preferencialmente em inglês (72,2%). Uma curiosa percentagem de 17,3% dos militares afirma mesmo ter comunicado principalmente em servo-croata, o que constitui uma informação digna de relevo neste contexto. Tê-lo-ão feito sobretudo aqueles que afirmam «conseguir falar mais ou menos» essa língua (24,1%), mas não deixa de ser notável que, para além destes, perto de 70% afirma ter aprendido algumas palavras e seja muito reduzido o grupo dos que revela não ter aprendido nenhuma palavra (0,8%).

No seu conjunto, a informação sobre o relacionamento com as populações locais convoca uma reflexão mais ampla sobre o tipo de formação e as novas competências requeridas para o cumprimento destas missões. Para além de sólidas qualificações de base (fornecidas pelo sistema educativo exterior à instituição militar), a preparação de recursos humanos militares capazes de enfrentar a complexidade das novas situações operativas deverá basear-se em elevadas competências técnico-profissionais (conhecimentos específicos que o sistema formativo militar deve assegurar para responder à diversa tipologia de missões), mas também em competências «transversais», traduzíveis justamente na capacidade de saber gerir situações complexas, designadamente em termos de trabalho em grupo, capacidade de liderança e de articulação com os diferentes tipos de actores presentes nos contextos sociais onde o militar deve actuar (cf. Galantino, Ricotta, 1999). Tal nível de exigência poderá não ser de fácil concretização, sobretudo se pensarmos que a tendência para a profissionalização das forças militares tem sido acompanhada por situações diversas de carência de voluntários qualificados. No nosso país, esse problema coloca-se também, como é sabido, com enorme importância. Dessa forma, não pode deixar de ser considerada significativa a auto-apreciação dos militares portugueses relativamente à sua capacidade de relacionamento com as populações locais, nem tão-pouco, obviamente, a necessidade que declaram sentir de uma melhor preparação prévia nesse domínio.

Identidade profissional e motivações para a missão

Numa organização como a militar, que exige dos seus membros elevados níveis de empenhamento e prestações por vezes extremas, a questão das motivações que levam os indivíduos a operar escolhas e a definir comportamentos adquire uma decisiva importância. Quando o contexto de actuação dos militares transcende as fronteiras do próprio país e a salvaguarda de interesses de base nacional, este problema apresenta-se ainda com maior relevância. Não admira, pois, que na generalidade dos estudos de cariz sociológico que têm vindo a ser desenvolvidos sobre esta temática se destaque a relação existente entre diversas concepções de profissionalidade militar e a atitude face ao *peacekeeping*, salientando-se a dualidade/continuidade entre o papel tradicional de soldado e o de *peacekeeper*.

Esse é justamente o fulcro de uma pesquisa conduzida por Miller e Moskos (1994) junto ao contingente americano na Somália, durante a missão Restore Hope da ONU. Os autores identificam duas estratégias fundamentais utilizadas pelos soldados no sentido de responder à incongruência gerada entre motivações iniciais de tipo humanitário e a desilusão provocada pela realidade das tarefas a efectuar e de uma população parcialmente hostil: a estratégia «guerreira» (*warrior strategy*) e a estratégia humanitária (*humanitarian strategy*). O recurso à primeira destas estratégias visava restituir o sentido à missão a partir da mobilização de parâmetros tradicionalmente guerreiros, recorrendo à identificação de um inimigo, neste caso construindo uma imagem negativa e estereotipada da população. A segunda estratégia assentava, pelo contrário, na tentativa de explicar a actuação da população (designadamente o lançamento de pedras) mantendo uma nítida distinção entre o clã combatente e a população necessitada (mulheres, crianças e refugiados). Um dos resultados obtidos apontou para o facto de os soldados negros, mulheres e militares pertencentes a especialidades não combatentes tenderem a adoptar uma estratégia «humanitária» e a comportar-se de forma menos agressiva relativamente à população.

Num outro estudo sobre a participação italiana na missão IFOR na Bósnia, em que concretamente se analisa os determinantes da satisfação nas missões de paz, Isernia e Lanzieri (1999) salientam o facto de os níveis de satisfação face ao *peacekeeping* dependerem sobretudo da concepção partilhada sobre o próprio papel de soldado, verificando-se em geral níveis de satisfação mais elevados entre os militares que detinham uma perspectiva tradicional da profissão militar. No âmbito desse mesmo estudo Galantino e Ricotta (1999) propõem uma complexificação da polaridade «guerreiros *versus* humanitários» evidenciando a existência de um quadro identitário bastante mais difuso entre os soldados italianos, o qual incluiria, para além daqueles arquétipos, dois outros perfis: o de soldados «sedentários» – ligados à organização por motivos de tipo instrumental – e ainda um grupo heterogéneo de «centristas» que aparentemente buscavam uma estabilização identitária operando a síntese entre a ideologia fundamental da organização e as novas dimensões operativas das missões de paz. Neste contexto, os autores procuram mostrar como o envolvimento em missões de paz influencia a própria definição da identidade e os modelos de profissionalidade militar que lhe subjazem. (Cf. Battistelli, 1998).

Não obstante a diversidade de estudos produzidos, deveremos ser prudentes no que se refere à possibilidade de generalizar as respectivas conclusões, já que, conforme é também frequentemente reconhecido, para além da diversidade de situações internas e internacionais, «as condições específicas de cada missão – o interesse, a emoção ou a rotina que cada uma gera – exerce um efeito decisivo sobre o modo de construir a realidade social do *peacekeeping*, contribuindo para acentuar o carácter *ad hoc* de cada experiência [...]» (Isernia, Ricotta, 1999:203).

Tendo observado como, no caso português, os militares mobilizados para as missões na Bósnia parecem ter atribuído um sentido decisivamente positivo à sua participação, a questão de saber quais os factores que motivaram esse envolvimento bem como o confronto com a concepção do próprio papel profissional devem assim ser considerados na sua específica configuração. O quadro seguinte, relativo às motivações para participação na missão, permite observar a coexistência de factores de tipo diverso entre os mais assinalados.

Quadro 7 – Motivações para a missão, por posto (%) [viii]

	Total	Oficiais	Sargentos	Praças
Cumprir o meu dever	64,1	80,5	78,2	59,3
Contribuir para a paz no mundo	53,9	41,5	52	57,6
A oportunidade de ganhar mais dinheiro	50,4	24,4	32,4	60,7
Contribuir para o fim da guerra neste país	42	46,3	45,8	41
A solidariedade para com os meus companheiros	17,4	19,5	12,9	19,2
É uma tarefa que alguém tem que fazer	10,3	7,3	7,6	11,8
Razões pessoais e familiares	7	12,2	3,6	7,8
Não haver possibilidade de escolha	3,4	6,1	6,7	2,1
Outra	8	18,3	10,2	6,1

Concentrando a atenção nos resultados globais, destaca-se, com efeito, a dominância de um factor de tipo institucional – o cumprimento do dever – a que, de forma expressiva e talvez inesperada, se associam um factor de tipo ideal – contribuir para a paz no mundo – e ainda uma motivação de carácter material/instrumental – a oportunidade de ganhar mais dinheiro. Esta distribuição varia, no entanto, se se considerar a sua relação com outras variáveis. Como se pode observar no Quadro 7, entre os oficiais e sargentos acentua-se o peso do factor mais institucional, o qual se destaca com valores superiores à média (sobretudo entre os primeiros), ao passo que entre os praças assume uma menor importância. Neste caso, a motivação mais assinalada é já a relacionada com o aspecto financeiro, seguida de perto pelo «cumprimento do dever» e, na terceira posição, por «contribuir para a paz no mundo». Qual a relação entre estes resultados e os relativos à concepção do próprio papel profissional? Observemos algumas das dimensões que poderão ser tomadas como indicadores das diferentes orientações identitárias: o padrão de *motivações para a adesão às Forças Armadas e o grau de satisfação com a actividade militar*.

Relativamente ao primeiro aspecto, o inquérito revela alguns resultados sugestivos, particularmente se confrontados com similares aspectos relativos à apreciação da experiência na Bósnia. Após terem sido submetidas a uma análise factorial de componentes principais (AFCP), as respostas fornecidas à questão revelaram a existência de três factores em torno dos quais se estruturam os diversos padrões motivacionais: um deles agregando factores de natureza institucional, um outro que reúne motivações de tipo ocupacional (sócio-centradas) e finalmente um terceiro constituído em torno de dimensões que poderíamos definir como existenciais, claramente autocentradas.

Quadro 8 - Motivações para a actividade militar, por posto (%)[ix]

	Total	Oficiais	Sargentos	Praças
Desejo de servir o meu país	86,3	92,5	89,5	84,5
Fazer parte de uma comunidade muito unida	72,1	72	70,5	72,8
Melhorar a imagem de Portugal no plano internacional	63,1	58,5	61,8	64,4
Vantagens de uma posição estável	49,9	51,2	53,8	48,5
Melhorar a minha posição social	41,4	28	35,7	45
Realização através da ajuda a outros	41,4	44,3	41,1	41,1
Aprender uma profissão	36,5	42,5	41,4	34
Uma forma de entrar no mercado de trabalho	28,6	21	25,7	30,5
Desejo de aventura	80,2	63,4	71,1	85
Pôr-me à prova a mim próprio	71,4	57,3	58,7	77,3
Conhecer novos lugares	56	37,8	40	63,2
Tradição familiar	19,2	15,9	13,8	21,4

Conforme se pode observar no Quadro 8, os resultados apontam para um forte peso de factores de cariz institucional, ou seja, de aspectos relacionados com os objectivos e missões específicos da instituição militar, tanto na sua dimensão mais formal ou intra-organizativa – onde se destacam os factores «servir o país» ou «fazer parte de uma comunidade muito unida» – como

nos aspectos incluídos no terceiro factor, relacionados com o modo de vida proporcionado pela experiência militar, tais como o «desejo de aventura»; enquanto este último factor, associado à dimensão de prova ou teste pessoal, é o mais assinalado por praças, os oficiais e sargentos são, compreensivelmente, aqueles que em maior percentagem sublinham o factor institucional «desejo de servir o país». Em boa medida, estas tendências reflectem as observadas em termos das motivações para participação na missão na Bósnia, com uma excepção digna de realce: os factores de tipo mais ocupacional ou material assumem aqui menor importância, ao passo que, recorde-se, a «oportunidade de ganhar mais dinheiro» se apresentava, particularmente entre os praças, como uma das principais motivações para a missão.

Quando solicitada aos inquiridos uma avaliação de diversos aspectos da vida militar, reforçam-se também algumas das conclusões anteriores, revelando-se adicionalmente certos aspectos curiosos: uma ampla maioria dos militares avalia positivamente aspectos como a disciplina ou o treino, mas cerca de metade considera a hierarquia um elemento pouco ou nada agradável, uma posição que é, no entanto, assumida sobretudo por sargentos e praças e da qual se demarca a esmagadora maioria dos oficiais; confirmando anteriores constatações, o vencimento aparece como o aspecto menos gratificante na actividade militar, sobretudo entre os militares em posições hierárquicas superiores (cf. Anexo, p.2.6).

Já no que se refere ao segundo aspecto – grau de satisfação com a actividade militar – os resultados apontam inequivocamente para a existência de motivos de insatisfação: são 80% os militares que respondem afirmativamente, 9,1% aqueles que detêm uma opinião contrária e 10,9% os que indicam não saber. As diferenças por posto são significativas, embora em nenhum caso se altere o sentido de resposta acima identificado, ou seja, em todas as categorias hierárquicas a maioria dos respondentes identifica motivos de insatisfação, o que acontece de forma mais expressiva entre oficiais (96,4%), decrescendo depois um pouco essa percentagem entre sargentos (89,5%) e praças (75,1%). De registar, contudo, que em qualquer dos casos estamos perante percentagens particularmente elevadas.

Mas de que motivos de insatisfação se trata? No inquérito listava-se um conjunto de possíveis factores de insatisfação – um deles relativo à liberdade individual, outro referido a aspectos materiais e ainda um terceiro remetendo para valores institucionais –, solicitando-se àqueles que haviam respondido positivamente à questão anterior a identificação do principal motivo dessa insatisfação. Admitia-se ainda a possível identificação de outros factores, registando-se nesta categoria uma certa dispersão de respostas por parte de cerca de 18% dos inquiridos[x].

Quadro 9 - Motivos de insatisfação na actividade militar, por posto (%)

	Total	Oficiais	Sargentos	Praças
Limitações à liberdade individual	15	7,8	7,8	18,5
Vencimento insuficiente se comparado com sacrifício	32,5	16,9	32,1	34,8
Perda de valores tradicionais	34,4	41,6	38,9	31,8
Outro	18,2	33,8	21,2	14,9

Se concentrarmos a nossa atenção nas três principais modalidades de resposta propostas, observamos diversos aspectos dignos de realce. Desde logo, salienta-se o peso semelhante de factores de tipo material e institucional, ou seja, é similar a percentagem de militares que identifica a escassez relativa do vencimento e a perda de valores tradicionais como os factores susceptíveis de explicar a insatisfação na actividade militar, sendo, apesar de tudo, ligeiramente superior a incidência de respostas no último item. As limitações à liberdade individual, embora reunindo 15% das respostas, aparece pois secundarizada entre as razões de insatisfação, sobretudo entre as categorias hierárquicas superiores. Do ponto de vista das diferenças por posto verifica-se ainda que enquanto o factor «material» é sobretudo salientado entre sargentos e praças, a «perda de valores tradicionais» é progressivamente reconhecida como motivo de insatisfação à medida que se eleva o nível hierárquico dos respondentes.

Todavia, não obstante os diversos problemas identificados, mais de 90% dos inquiridos, independentemente da localização hierárquica, afirma estar orgulhoso ou muito orgulhoso por ser militar. Em síntese, se tomadas articuladamente, estas várias informações permitem colocar a hipótese de que estamos perante um grupo motivado para novas missões, mostrando disponibilidade, quer para assumir e gerir mudanças organizativas em perspectiva, quer para desenvolver elevados níveis de afiliação institucional, mas cuja identidade profissional poderá não ser sustentada na ausência de adequados estímulos laborais – tanto no plano material dos vencimentos ou da estabilidade e progressão na carreira, como em termos dos aspectos mais simbólicos associados ao prestígio ou ao reconhecimento social do seu desempenho.

Missões das Forças Armadas e missões de manutenção da paz

O protagonismo das missões de paz

A questão da identidade profissional e da eventual reconfiguração de modelos organizativos decorrente da intensificação das missões de paz pode também ser abordada a partir do específico ângulo da percepção sobre a adequabilidade deste novo tipo de operações às tarefas a desempenhar pelas Forças Armadas. Num momento em que os militares são confrontados com a necessidade de exercerem a sua profissão em novos e menos previsíveis contextos, a questão de saber que tipo de missões se considera mais apropriado para as Forças Armadas adquire, com efeito, uma relevância particular. Recorrendo, uma vez mais, a informação disponível em anteriores estudos sobre esta temática, encontramos interessantes pistas de reflexão no confronto com o caso português. Uma das mais conhecidas e sistemáticas pesquisas realizadas nesta área foi conduzida durante mais de uma década por David e Mady Segal no âmbito da Multinational Force and Observers – MFO enviada para o Sinai na sequência dos acordos de Camp David entre o Egipto e Israel. Esta investigação incidiu sobre o processo de adaptação à missão por parte de duas unidades do Exército americano – pára-quedaistas e infantaria ligeira – avaliado no tempo e comparado com o comportamento de outras unidades não envolvidas na missão (Segal, Tiggle, 1997).

Entre as principais conclusões do estudo destaca-se a forma como o *peacekeeping* era entendido como uma tarefa não específica do âmbito militar, mas como uma actividade que requeria qualidades que apenas os militares possuem, designadamente a obediência e a disciplina. Este resultado vinha pois confirmar a tese anteriormente avançada por Moskos no decurso do um

trabalho pioneiro sobre os militares de sete países empenhados na missão UNFICYP em Chipre, de que «o *peacekeeping* não é um trabalho de soldados, mas só os soldados podem fazê-lo» (Moskos, 1976). Neste caso, a adesão ao *peacekeeping* parecia decorrer do reconhecimento de que a missão reflectia os interesses nacionais do seu próprio país, mais do que uma orientação no sentido de legitimar instituições e políticas transnacionais. Num sentido diverso apontam os resultados obtidos pelo casal Segal já que se, por um lado, os soldados envolvidos na missão pareciam demonstrar um maior internacionalismo, revelavam, por outro lado, maior cepticismo quanto à adequação do seu papel de militares às operações de *peacekeeping*.

De um modo geral, no final da missão eram bastante baixos os níveis de satisfação e pessimista a apreciação sobre a específica necessidade das qualificações militares para o seu desempenho. Importa naturalmente ter em conta o tipo de experiências anteriores dos militares, com as quais naturalmente comparam a participação neste tipo de missão. Uma interpretação possível para a atitude observada é justamente a de que os militares americanos tendiam neste contexto a confrontar o carácter mais rotineiro de diversas das tarefas a efectuar durante as missões de paz com anteriores operações de acentuada operacionalidade e não com a vida quotidiana nas respectivas unidades. Esse aspecto contribuirá justamente para explicar o facto de, também neste caso, e de forma congruente com os dados anteriormente apresentados, a situação em Portugal se revestir de diferentes contornos. Vejamos pois de que forma se posicionam os militares portugueses, começando por observar a questão genérica das missões consideradas apropriadas para as Forças Armadas.

Quadro 10 - Missões consideradas apropriadas para as Forças Armadas, por posto (%)[xi]

	Total	Oficiais	Sargentos	Praças
Ajuda em caso de calamidade	80,3	74,4	83,1	80,1
Ajuda humanitária no exterior	88,9	69,9	83,7	93,3
Operações de paz da ONU que prevejam o uso da força	82,3	89,2	73,3	84,2
Operações de paz da ONU sem combate	92	89	93,9	92
Operações militares NATO na Europa	95,3	100	92,1	95,7
Operações militares NATO fora da sua área de influência	69,7	70,4	54,9	74,6
Operações militares da UEO	83,5	96,4	81,3	82,6
Garantia de unidade do país contra tentativas de separatismo	76,9	65,9	80,5	77,2
Controlo das fronteiras territoriais e costeiras para conter a migração de fora da Comunidade Europeia	63	37,8	58,5	68,1
Colaboração com as forças policiais para manutenção da ordem pública	73,4	35,4	64,9	80,9
Assegurar a defesa militar em caso de agressão ou ameaça externas	89	100	90,3	87,6

Os dados globais mostram que uma maioria dos inquiridos – variando contudo entre os dois terços e a quase totalidade, consoante as opções de resposta – considera que todas as missões propostas podem ser caracterizadas como apropriadas ou muito apropriadas. Existem porém diferenças significativas a assinalar. Para efeitos de análise e visualização dos resultados,

procurámos tipificar as respostas agrupando os itens por forma a identificar diferentes grupos de missões: missões de cariz assistencialista/humanitário; missões militares no âmbito de organizações internacionais, envolvendo ou não utilização da força; missões com objectivos mais directamente sócio-políticos; e finalmente a missão constitucionalmente consagrada às Forças Armadas.

Podemos observar como, entre as missões de tipo militar da responsabilidade de diferentes organizações internacionais, se encontram as que reúnem maior adesão nesta lista, designadamente as operações de paz da ONU sem combate e as operações militares NATO na Europa. Já as operações de paz da ONU que prevejam a utilização da força ou as operações militares da UEO suscitam menor adesão; por seu turno, as intervenções NATO fora da sua área de influência são consideradas missões pouco ou nada apropriadas por quase um terço dos respondentes, encontrando-se pois entre o tipo de missão que poderíamos considerar menos legitimado neste conjunto. Na realidade, o grupo de missões que suscita maiores reservas é aquele que classificámos como mais próximo de objectivos político/sociais, em torno da unidade nacional, da segurança e ordem internas: a contenção da emigração extracomunitária é, por exemplo, o item menos escolhido como apropriado, encontrando-se também os restantes dois – manutenção da ordem pública e garantia da unidade nacional contra tentativas de separatismo – entre os considerados mais inapropriados na configuração de missões para a organização militar.[xii] Finalmente, pode-se observar que a missão constitucionalmente atribuída às Forças Armadas, bem como as missões de cariz assistencialista, sobretudo a «ajuda humanitária no exterior», reúnem elevada adesão neste conjunto.

A análise dos dados por posto revela, por seu turno, notáveis diferenças. Um dos resultados de maior realce refere-se justamente aos posicionamentos relativos às missões de cariz «político», onde as opiniões se distanciam significativamente ao longo da hierarquia: enquanto os oficiais apresentam as mais baixas percentagens de apoio a esse tipo de funções – sobretudo no que se refere à manutenção da ordem pública e à contenção da imigração extracomunitária – sargentos e particularmente praças mostram uma maior concordância. Como se pode observar no Quadro 10, as diferenças são particularmente nítidas no que se refere ao item «colaboração com as forças policiais para a manutenção da ordem pública», assinalado por cerca de 80% dos praças e apenas 37,8% dos oficiais. Uma tendência contrária, embora menos pronunciada, parece revelar-se no caso das missões de tipo assistencialista, em que os oficiais parecem menos receptivos do que sargentos e praças.

No que se refere às missões militares no âmbito de organizações internacionais, verifica-se que entre os sargentos se acentuam algumas das tendências registadas para o total dos inquiridos, e os oficiais são aqueles que maior apoio parecem dar à realização de missões no quadro da UEO. Finalmente pode-se ainda apontar o facto de a missão constitucional das Forças Armadas – assegurar a defesa militar em caso de agressão ou ameaça externas – ser progressivamente mais assinalada como apropriada à medida que se eleva a categoria hierárquica, atingindo os 100% entre os oficiais.

Se esta análise mostra que as missões de manutenção da paz são reconhecidamente legitimadas pela maioria dos militares inquiridos, quisemos explorar um pouco mais a questão de saber que actores ou protagonistas se consideraria mais adequados à sua prossecução.

Quadro 11: Opinião sobre as missões de manutenção da paz, por posto (%) [xiii]

	Total	Oficiais	Sargentos	Praças
Os militares são os mais aptos para cumprir missões de manutenção da paz porque são treinados para o combate	83	92,8	83,8	81,8
As missões de manutenção da paz deveriam ser desenvolvidas mais por civis do que por militares	6	1,2	4,8	6,7
Mesmo os soldados do SMO deveriam ser utilizados para missões de manutenção da paz	16,8	20,5	18,2	15,6
As Forças Armadas não deveriam voltar a ocupar-se de manutenção da paz	5,5	2,4	1,8	6,9

Os dados constantes do Quadro 11 permitem evidenciar que a esmagadora maioria dos inquiridos, independentemente do seu posicionamento hierárquico, considera que as Forças Armadas devem continuar a ocupar-se das missões de paz e que os militares – não os civis – devem ser os seus principais agentes, visto deterem uma formação específica para o combate. Ambos estes traços são sobretudo enfatizados por oficiais; considera-se, por outro lado, que a realização de missões de paz deveria ser empreendida por uma força composta sobretudo por profissionais: apenas cerca de 17% consideram que os soldados conscritos deveriam também participar neste tipo de missões.

Neste caso são percentualmente mais os oficiais a aceitar que os soldados do serviço militar obrigatório deveriam integrar as missões de paz (20,5%), muito embora seguidos a pouca distância por sargentos (18,2%) e praças (15,6%). Os dados sugerem, pois, que para os militares portugueses – e ao contrário do que acontecia no caso de alguns dos estudos a que acima fizemos referência – as missões de *peacekeeping* não apenas não representam um desvirtuamento da missão e da profissão militar como se inserem no âmbito da específica competência e *expertise* dos militares; no entanto, alguns dos indicadores retidos sugerem o entendimento de que é justamente a capacidade militar de gerir uma situação de guerra que consagra os militares como os actores mais aptos ao protagonismo das missões de paz; ou seja, embora o soldado envolvido neste tipo de missões não seja chamado a «fazer a guerra», é sempre de alguma forma «bélico» o contexto em que sente dever operar. Isto mesmo aparece reafirmado numa análise sobre a legitimidade de utilização da força.

A legitimidade de utilização da força

A contradição ou dualidade entre os papéis de *guerreiro* e *peacekeeper*, ou entre estas identidades em confronto, é particularmente bem expressa no problema da utilização da força durante as operações de paz. Uma das questões sobre a qual este inquérito visava produzir alguma visibilidade referia-se justamente ao posicionamento dos militares face a este problema. Procurou-se, concretamente, saber de que forma encaravam os soldados portugueses a possibilidade de utilização da força no contexto geral do *peacekeeping* e também a legitimidade da sua utilização por parte do contingente português durante as operações na Bósnia.

Começando por observar a primeira questão, verifica-se que quando solicitados a indicar o seu grau de concordância com a afirmação «Todas as missões de manutenção da paz deveriam prever a utilização da força», mais de dois terços dos inquiridos (68,9%) declara estar muitíssimo ou bastante de acordo. Embora se revele uma atitude globalmente «legitimante», as diferenças por posto são notáveis, já que a concordância é expressa por uma percentagem significativamente superior à média entre oficiais (82,9%), decrescendo depois entre sargentos (72,2%) e praças (66,4%).

Relativamente à segunda dimensão, os dados do inquérito revelam que 61,4% dos inquiridos considerariam justificada a utilização da força por parte do contingente português durante as operações na Bósnia, cerca de 22% recusa esse tipo de intervenção como legítimo, e um conjunto de quase 17% dos militares declara não ter opinião.

Os resultados por posto mostram que o reconhecimento dessa possibilidade se amplia entre oficiais, os quais, em oposição aos praças, são também aqueles que menos dúvidas alimentam a este respeito, já que apenas 7,4% declaram não ter opinião. Destaca-se ainda uma significativamente mais elevada percentagem de sargentos a mostrar-se contrária à possibilidade de utilização da força por parte do contingente português durante as operações na Bósnia. Embora se mantenham pois as mesmas tendências na distribuição por posto, a aproximação do referencial empírico ao caso concreto do contingente português na Bósnia ocasiona provavelmente a ligeira redução da percentagem dos que consideraria justificada a utilização da força.

Esta questão ficaria seguramente incompleta se não se procurasse completá-la com dados relativos ao tipo de motivos pelos quais se consideraria justificada a utilização da força. Foi o que se procurou saber, propondo aos inquiridos um conjunto de possíveis razões relativamente às quais se solicitava que indicassem o seu grau de acordo.

Quadro 12 - Opinião sobre motivos que justificariam utilização da força, por posto (%)[xiv]

	Total	Oficiais	Sargentos	Praças
Garantir o respeito pelos direitos humanos	86,3	81,9	90,7	85,3
Segurança de Portugal	79	87,8	83,7	76,2
Repor a paz em conflitos no estrangeiro	78,7	74,1	76,8	80
Defender a legalidade internacional	77,6	80,5	80,2	76,4
Segurança da União Europeia	74,6	80,7	74,2	74,1
Protecção dos interesses económicos de Portugal no exterior	56,9	56,8	57,1	56,3
Garantir a segurança e a estabilidade em países africanos de expressão portuguesa	55,5	51,3	43,2	60
Nunca	13,5	5,5	8,2	16,2

Os resultados apresentados no Quadro 12 revestem-se de assinalável interesse. Desde logo, verificamos que *a garantia do respeito pelos direitos humanos* constitui a razão que uma mais

elevada percentagem de militares considera justificar a utilização da força, situando-se mesmo acima da percentagem dos que se declaram muitíssimo ou bastante de acordo com a possibilidade de utilização da força para *a segurança de Portugal*, item que ocupa o segundo lugar neste conjunto. Deve-se, naturalmente, destacar o facto de esta situação se verificar particularmente entre praças e se reforçar mesmo entre os sargentos, invertendo-se já no caso dos oficiais, *onde a segurança de Portugal* passa a ser o motivo escolhido por um maior grupo de militares. Um dado curioso relaciona-se com o comportamento dos praças. Embora não identifiquemos diferenças muito pronunciadas, estes militares mostram-se mais concordantes com a ideia de que a utilização da força se justifica relativamente a situações universalistas ou de âmbito internacional do que relativamente às que referenciam o próprio território: com efeito, os itens «garantir o respeito pelos direitos humanos», «repor a paz nos conflitos no estrangeiro» são escolhidos por maiores percentagens de militares nesta categoria hierárquica que, por exemplo, o item relacionado com *a segurança de Portugal*.

Por seu turno, a defesa da legalidade internacional, um item cujo peso percentual aqui considerado se aproxima significativamente *da reposição da paz em conflitos no estrangeiro ou da segurança de Portugal*, suscita maior concordância de sargentos e dos oficiais que de praças. Os oficiais são também aqueles que mais consideram justificar-se a utilização da força para a segurança da União Europeia.

Importa ainda destacar a relativamente menor concordância suscitada relativamente à *protecção dos interesses económicos de Portugal no exterior*, um motivo que perto de 60% dos inquiridos, independentemente do posto, consideram não justificar a utilização da força. Uma percentagem próxima, se bem que ligeiramente inferior, regista-se também no respeitante à garantia da segurança e da estabilidade nos PALOP's, mas já com algumas oscilações se considerada a localização hierárquica dos inquiridos: observa-se, relativamente à média, uma maior concordância por parte dos praças e menor por parte de sargentos. Finalmente, se pensarmos que estamos perante indivíduos que escolheram integrar as fileiras da organização que tem a seu cargo a «gestão da violência colectiva», não deixa de ser curiosa a percentagem de 16,2% de praças que se mostram concordantes com a ideia de que a utilização da força nunca se justifica, contribuindo pois para explicar a percentagem geral de 13,5% de potenciais pacifistas neste grupo.

Nota conclusiva

Uma análise geral dos resultados deste trabalho sugere finalmente algumas observações conclusivas relativas a tendências que parecem desenhar-se, no âmbito das Forças Armadas e da profissão militar, decorrentes da participação portuguesa nas missões de paz na Bósnia-Herzegovina. Se é certo que os resultados obtidos apenas podem ser considerados representativos relativamente aos militares que efectivamente participaram nas operações, eles são contudo relevantes e tendencialmente extrapoláveis para grupos com idênticas características, como será provavelmente o caso daqueles que vierem a ser mobilizados para novas missões deste tipo. Daí que a receptividade, por vezes entusiástica, demonstrada por estes militares relativamente às operações na Bósnia e, de uma forma geral, às missões de *peacekeeping*, possa ser considerada um indicador importante, quer para a avaliação do significado deste envolvimento quer para a preparação de previsíveis futuras participações.

As missões de *peacekeeping* desenrolam-se, como sublinhámos, em novos contextos sociais e operativos que se caracterizam pelo deslocamento relativamente a tradicionais concepções de soberania nacional – quer pelo seu enquadramento jurídico-organizativo sob a égide de organizações internacionais, quer pelo facto de tendencialmente decorrerem longe das fronteiras territoriais dos Estados envolvidos. A forte adesão a este novo tipo de missão, susceptível, como vimos, de reforçar (reformulando?) significativamente a identidade profissional e o reconhecimento social do papel dos militares, sugere adicionais transformações, não apenas em termos do exercício da profissão militar como também da própria concepção de Defesa Nacional.

Relativamente ao primeiro aspecto, constatámos, com efeito, que à participação na missão na Bósnia e à global legitimação das missões de paz se associam novos valores em termos da percepção de funções e objectivos das Forças Armadas e da própria concepção de profissionalidade militar. Essa emergente configuração simbólica articular-se-á, por seu turno, em graus diversos – dependendo nomeadamente da localização hierárquica dos indivíduos – com elementos identitários pré-existentes e estruturantes da cultura militar. As modalidades e incidências desta articulação deverão assim ser objecto de particular atenção em futuros estudos.

Por outro lado, em termos do segundo aspecto – a concepção de Defesa Nacional – são diversos os indicadores que neste inquérito apontam para a ideia de que, pelo menos entre estes militares, tal concepção seja ou venha a ser objecto de uma redefinição no sentido da sua ampliação a valores e objectivos que transcendem os estritos referenciais nacionais característicos da visão dominante sobre segurança e defesa.

De acordo com os dados de que dispomos relativos a este universo sociológico, não estará em causa o abandono ou a diluição da identificação com o próprio país enquanto unidade prioritária na «produção» e no «consumo» de segurança – ainda explícita em aspectos como a adesão à missão constitucionalmente consagrada às Forças Armadas, ou o peso de factores «institucionais» – como a dimensão de serviço ao País – presentes nas motivações para a escolha da carreira militar e participação na missão. Tratar-se-á, sobretudo, de um substancial alargamento a novas áreas do sentido da própria definição de Defesa – caso da valorização dos direitos humanos, da assistência humanitária ou da monitorização de processos de paz – e a âmbitos geográficos que deixam de estar circunscritos ao território nacional.

De que forma virão os principais protagonistas das missões de paz a acomodar as novas formas de identificação pessoal e colectiva que parecem emergir? Qual será o impacte social, institucional e profissional das transformações em curso? Se não podemos ainda encontrar respostas claras, e a indeterminação que caracteriza estes processos sugere que não é razoável esperar respostas definitivas, podemos em todo o caso, e com alguma segurança, afirmar que presenciamos mudanças estruturais cujos dinâmicas e resultados se produzirão em decisiva articulação com os elementos que constituem o objecto deste texto: a subjectividade, os valores e as expectativas dos profissionais militares.

Referências bibliográficas

Ammendola, Teresa, (organizado por) (1999) *Missione in Bosnia. Le Caratteristiche Sociologiche dei Militari Italiani*, Milão, Franco Angeli. Battistelli, Fabrizio (1998) «The Social

Features of *Peacekeeping*: the Italian Experience in Bosnia», comunicação apresentada na conferência «Lessons from Bosnia, Portugal, the European Union and NATO», IEEI, Lisboa, Novembro de 1998.

Battistelli, Fabrizio (1999), «Introduzione. L'Ambiente Fuzzy e il Soldato-Terzo", in Ammendola, Teresa, (organizado por) *Il Militare Post-Moderno e la Sua Missione*, Roma, (no prelo).

Carreiras, Helena (1999), «Inquérito aos Militares Portugueses Participantes nas Operações IFOR e SFOR na Bósnia-Herzegovina. Relatório – Resultados Globais», Lisboa, IEEI (policopiado).

Dandeker, Charles, Gow, James (1997) «The Future of Peace Support Operations: Strategic *Peacekeeping* and Success», *Armed Forces and Society*, 23, 3.

Galantino, M.G., Ricotta, G. (1999) «Il Guerriero e l'Umanitario. L'ideologia del militare e la Sfida del *peacekeeping*», in Ammendola, Teresa, (organizado por) *Missione in Bosnia. Le Caratteristiche Sociologiche dei Militari Italiani*, Milão, Franco Angeli.

Isernia, P., Lanzieri, G., (1999), «I Soldati Italiani Amano il *Peacekeeping*? Le Determinanti della Soddisfazione per le Missioni di Pace», in Ammendola, Teresa, (organizado por) *Missione in Bosnia. Le Caratteristiche Sociologiche dei Militari Italiani*, Milão, Franco Angeli.

Miller, Laura (1997) «Do Soldiers Hate *Peacekeeping*? The Case of Preventive Diplomacy Operations in Macedonia», *Armed Forces and Society*, 21, n°4.

Miller, Laura, Moskos, Charles (1995), «Humanitarians or Warriors? Race, Gender and Combat Status in Operation Restore Hope», *Armed Forces and Society*, 21, 4.

Moskos, Charles (1976), *Peace Soldiers: the Sociology of a United Nations Military Force*, Chicago, Chicago University Press.

Moskos, Charles (1994), *Sociologia e Soldati*, Milão, Franco Angeli. Segal, David, Segal, Mady (1995), *I Soldati di Pace e le Loro Famiglie. La Partecipazione Americana alle Forze Multinazionali: Aspetti Sociologici*, Milão, Angeli.

Segal, David, Tiggler, Ronald B. (1997), «Attitudes of Citizen-Soldiers towards Military Missions in the Post-Cold War World», *Armed Forces and Society*, 23, 3.

Notas

[i] Não constituindo objectivo deste texto desenvolver teoricamente a discussão sobre as diferentes concepções de *peacekeeping*, importa, contudo, deixar neste ponto algumas clarificações. Embora já previstas pelo direito internacional após a Segunda Guerra Mundial, as

operações internacionais de manutenção da paz intensificaram-se substancialmente após 1989 na sequência dos acontecimentos políticos que rodearam a diluição das tensões Leste-Oeste bem como da renovação do papel da ONU como organização actuante na cena internacional. Justamente porque não se tratou apenas de um aumento em termos do número de missões desenvolvidas, mas de fundamentais transformações na sua natureza, no âmbito e no tipo de actores envolvidos, a literatura especializada no tema viria a consagrar a distinção entre *peacekeeping* de primeira e segunda geração. As missões deste segundo tipo distinguem-se das primeiras a vários níveis: a sua acrescida centralidade entre o leque de possibilidades operativas das Forças Armadas; maior complexidade em termos dos objectivos e diversidade de actores político-sociais envolvidos; diversa predisposição à utilização da força.

[ii] Esse questionário integrou-se numa pesquisa promovida pelo Stato Maggiore Difesa, sob a direcção do Prof. Battistelli do Departamento de Sociologia da Universidade de Roma 'La Sapienza' Em anexo apresentamos o texto do inquérito aplicado em Portugal e os respectivos resultados globais. Deve-se à Professora Doutora Maria Carrilho a iniciativa de recurso a este inquérito, bem como um importante apoio na fase de preparação do questionário. A equipa de investigação, coordenada por Helena Carreiras, contou com a participação de João Paulo Costa, Nuno Alves e João Mata.

[iii] Neste aspecto, os níveis de satisfação evidenciados pelos soldados portugueses superam mesmo, de forma significativa, os registados no caso italiano, onde 76,3% dos militares se declaram satisfeitos ou muito satisfeitos no plano profissional e 81,8% o afirmam no plano pessoal.

[iv] A categoria de resposta «sim» reúne as percentagens dos que se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos e «não» a daqueles que se declararam pouco ou nada satisfeitos.

[v] Relativamente à missão integrada, verifica-se que 43,6% dos inquiridos participaram na missão IFOR, 46,9% na missão SFOR e 9,5% integraram contingentes em ambas as missões. Entre os militares da SFOR distinguimos, para efeitos de análise e por razões metodológicas, dois grupos distintos - SFOR e SFORII. Enquanto os primeiros foram, tal como os restantes militares, inquiridos algum tempo depois do seu regresso da Bósnia, os últimos responderam ao inquérito imediatamente após o regresso. Sendo este factor susceptível de introduzir alteração nos resultados, pareceu-nos importante considerá-los separadamente.

[vi] Para cada factor encontra-se assinalada a percentagem de militares que o considerou o problema mais importante.

[vii] Vale a pena notar que a percentagem de não-respostas atinge quase 50% relativamente aos Croatas, o que significa que houve um contacto muito mais reduzido com esse do que com os outros grupos, nos quais as não-respostas são sempre inferiores a 10%.

[viii] Para cada factor apresenta-se a percentagem de militares que o assinalou entre os três mais importantes.

[ix] As percentagens referem-se ao conjunto de respondentes que considerou importante ou muito importante cada um dos itens.

[x] Uma análise da categoria «outro», cujo peso se revelou significativo, mostra que aí se incluíram um conjunto variado de factores, designadamente a) referências à ineficácia organizativa, falta de meios, limitações orçamentais e indefinição estratégica; b) dificuldades no relacionamento hierárquico, incompetência das chefias e ausência de reconhecimento pessoal e profissional; c) dificuldades de progressão na carreira, instabilidade e falta de acesso à formação; d) finalmente, ausência de reconhecimento social e político. Embora naturalmente cada uma destas categorias reúna uma baixa percentagem de respostas, a referência às dificuldades de progressão profissional adquire relevo neste conjunto. Por outro lado, salienta-se o facto de os oficiais sublinharem em maior percentagem, relativamente às outras categorias, os problemas estratégico-organizativos e sobretudo as questões relacionadas com a progressão na carreira.

[xi] As percentagens referem-se às respostas nas modalidades «apropriadas» ou «muito apropriadas».

[xii] Contudo, importa notar que não deixa de ser significativa a adequabilidade atribuída a este tipo de missões, se se pensar no seu significado em termos das funções das Forças Armadas no contexto da ordem política democrática, já que recolhem ainda a adesão de dois terços a três quartos dos respondentes.

[xiii] As percentagens referem-se às respostas nas modalidades «muitíssimo de acordo» e «bastante de acordo».

[xiv] Os valores referem-se à percentagem de militares que, para cada item, afirmou estar «muitíssimo» ou «bastante» de acordo.